

**LEI Nº 2.739 DE 12 DE JUNHO DE 2006.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE  
CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º** — Fica autorizada a abertura de Credito Adicional Especial na importância de R\$ 80.000. 00 (Oitenta mil reais), referente à Manutenção dos Serviços da Farmácia Popular do Brasil, na seguinte dotação orçamentária:~~

~~021010.1012200482.078 — Manutenção dos Serviços da Farmácia Popular do Brasil  
3.1.90.34.000 — Outras Desp. de Pessoal Decorrentes de Contratos de  
Terceirização ..... R\$ 64.000. 00  
3.3.90.30.000 — Material de Consumo..... R\$ 6.000 00  
3.3.90.36.000 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Física .....R\$ 1.000.00  
3.3.90.39.000 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica..... R\$ 9.000.00~~

~~**Art. 2º** — A fonte de recurso para cobertura da dotação orçamentária descrita no artigo anterior será o Convênio nº 113/2005, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alegre e o Ministério da Saúde, através da FIOCRUZ — Fundação Oswaldo Cruz, no valor de R\$ 80.000.00 (Oitenta mil reais).~~

~~**Art. 3º** — A dotação orçamentária aberta no Artigo 1º é específica à execução do Convênio.~~

~~**Art. 4º** — O equilíbrio do Orçamento Anual entre receita e despesa será com a inclusão de receita não prevista, concedida pelo Ministério da Saúde, na seguinte codificação e valor:~~

~~17.61.99.00.00 — RS 80.000.00 (Federal).~~

~~**Art. 5º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 12 de junho de 2006.~~

~~**DJALMA DA SILVA SANTOS**  
———**Prefeito Municipal**~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.